



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4344 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

REDAÇÃO FINAL

PROC. Nº 0284/24 - PLCE Nº 005/24

Revoga Leis Ordinárias e Leis Complementares, no âmbito do Município de Porto Alegre, dos eixos Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Gestão, Serviços Públicos e Transversal.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Desenvolvimento Econômico, conforme segue:

- I – Lei nº 4, de 15 de julho de 1938;
- II – Lei nº 36, de 9 de janeiro de 1948;
- III – Lei nº 68, de 1º de junho de 1948;
- IV – Lei nº 82, de 17 de julho de 1948;
- V – Lei nº 734, de 26 de novembro de 1951;
- VI – Lei nº 1.037, de 23 de fevereiro de 1953;
- VII – Lei nº 1.076, de 24 de agosto de 1953;
- VIII – Lei nº 1.367, de 29 de dezembro de 1954;
- IX – Lei nº 1.452, de 13 de agosto de 1955;
- X – Lei nº 1.876, de 22 de setembro de 1958;
- XI – Lei nº 1.894, de 24 de novembro de 1958;
- XII – Lei nº 2.060, de 12 de fevereiro de 1960;
- XIII – Lei nº 2.199, de 6 de maio de 1961;
- XIV – Lei nº 2.292, de 28 de novembro de 1961;
- XV – Lei nº 2.343, de 29 de dezembro de 1961;
- XVI – Lei nº 2.508, de 10 de maio de 1963;
- XVII – Lei nº 2.745, de 19 de novembro de 1964;
- XVIII – Lei nº 2.751, de 26 de novembro de 1964;
- XIX – Lei nº 2.755, de 4 de dezembro de 1964;
- XX – Lei nº 2.862, de 10 de dezembro de 1965;
- XXI – Lei nº 3.081, de 5 de dezembro de 1967;
- XXII – Lei nº 3.160, de 3 de agosto de 1968;
- XXIII – Lei nº 3.267, de 20 de maio de 1969;

XXIV – Lei nº 3.312, de 29 de setembro de 1969;

XXV – Lei nº 3.414, de 16 de julho de 1970;

XXVI – Lei nº 3.899, de 18 de julho de 1974;

XXVII – Lei nº 3.974, de 27 de dezembro de 1974;

XXVIII – Lei nº 4.114, de 9 de janeiro de 1976;

XXIX – Lei Complementar nº 51, de 15 de dezembro de 1980;

XXX – Lei Complementar nº 54, de 29 de dezembro de 1980;

XXXI – Lei Complementar nº 55, de 31 de dezembro de 1980;

XXXII – Lei Complementar nº 68, de 5 de janeiro de 1982;

XXXIII – Lei Complementar nº 69, de 6 de janeiro de 1982;

XXXIV – Lei Complementar nº 76, de 15 de dezembro de 1982;

XXXV – Lei Complementar nº 89, de 25 de novembro de 1983;

XXXVI – Lei Complementar nº 103, de 16 de janeiro de 1984;

XXXVII – Lei Complementar nº 117, de 9 de janeiro de 1985;

XXXVIII – Lei Complementar nº 125, de 4 de novembro de 1985;

XXXIX – Lei nº 5.752, de 13 de janeiro de 1986;

XL – Lei Complementar nº 199, de 15 de maio de 1989;

XLI – Lei Complementar nº 214, de 4 de janeiro de 1990;

XLII – Lei Complementar nº 216, de 12 de janeiro de 1990;

XLIII – Lei nº 6.593, de 30 de janeiro de 1990;

XLIV – Lei nº 7.077, de 4 de junho de 1992;

XLV – Lei Complementar nº 300, de 29 de outubro de 1993;

XLVI – Lei Complementar nº 316, de 20 de janeiro de 1994;

XLVII – Lei Complementar nº 326, de 11 de julho de 1994;

XLVIII – Lei nº 7.546, de 12 de dezembro de 1994;

XLIX – Lei Complementar nº 338, de 12 de janeiro de 1995;

L – Lei Complementar nº 339, de 12 de janeiro de 1995;

LI – Lei Complementar nº 351, de 10 de julho de 1995;

LII – Lei nº 7.746, de 2 de janeiro de 1996;

LIII – Lei nº 8.078, de 2 de dezembro de 1997;

LIV – Lei nº 8.114, de 2 de janeiro de 1998;

LV – Lei nº 8.128, de 7 de janeiro de 1998;

LVI – Lei nº 8.134, de 12 de janeiro de 1998;

LVII – Lei nº 8.447, de 30 de dezembro de 1999;

LVIII – Lei nº 8.712, de 19 de janeiro de 2001;

LIX – Lei nº 8.867, de 28 de dezembro de 2001;

LX – Lei nº 9.059, de 30 de dezembro de 2002;

LXI – Lei nº 9.066, de 3 de janeiro de 2003;

LXII – Lei nº 9.228, de 7 de outubro de 2003;

LXIII – Lei nº 9.406, de 16 de janeiro de 2004;

LXIV – Lei nº 9.521, de 2 de julho de 2004;

LXV – Lei nº 9.554, de 6 de julho de 2004;

LXVI – Lei nº 9.695, de 29 de dezembro de 2004;

LXVII – Lei nº 9.720, de 14 de janeiro de 2005;

LXVIII – Lei Complementar nº 545, de 24 de março de 2006;

LXIX – Lei nº 10.276, de 19 de outubro de 2007;

LXX – Lei nº 10.296, de 21 de novembro de 2007;

LXXI – Lei nº 10.330, de 13 de dezembro de 2007;

LXXII – Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2007;

LXXIII – Lei Complementar nº 603, de 23 de dezembro de 2008;

LXXIV – Lei nº 10.807, de 7 de janeiro de 2010;

LXXV – Lei Complementar nº 642, de 30 de abril de 2010;

LXXVI – Lei nº 11.028, de 3 de janeiro de 2011;

LXXVII – Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011;

LXXVIII – Lei Complementar nº 676, de 6 de julho de 2011;

LXXIX – Lei nº 11.300, de 25 de junho de 2012;

LXXX – Lei Complementar nº 743, de 2 de setembro de 2014;

LXXXI – Lei Complementar nº 804, de 27 de setembro de 2016;

LXXXII – Lei nº 12.316, de 25 de outubro de 2017;

LXXXIII – Lei Complementar nº 829, de 5 de janeiro de 2018;

LXXXIV – Lei nº 12.373, de 9 de março de 2018;

LXXXV – Lei Complementar nº 891, de 15 de setembro de 2020;

LXXXVI – Lei Complementar nº 903, de 8 de junho de 2021;

LXXXVII – Lei nº 12.926, de 15 de dezembro de 2021; e

LXXXVIII – Lei nº 13.381, de 6 de março de 2023.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Desenvolvimento Social, conforme segue:

I – Lei nº 100, de 26 de agosto de 1948;

II – Lei nº 109, de 9 de setembro de 1948;

III – Lei nº 129, de 5 de novembro de 1948;

IV – Lei nº 131, de 11 de novembro de 1948;

V – Lei nº 153, de 6 de dezembro de 1948;

VI – Lei nº 842, de 3 de julho de 1952;

VII – Lei nº 928, de 29 de outubro de 1952;

VIII – Lei nº 1.011, de 29 de dezembro de 1952;

IX – Lei nº 1.038, de 19 de março de 1953;
X – Lei nº 1.128, de 26 de novembro de 1953;
XI – Lei nº 1.158, de 1º de dezembro de 1953;
XII – Lei nº 1.190, de 26 de dezembro de 1953;
XIII – Lei nº 1.289, de 9 de agosto de 1954;
XIV – Lei nº 1.357, de 10 de dezembro de 1954;
XV – Lei nº 1.416, de 17 de junho de 1955;
XVI – Lei nº 1.831, de 28 de dezembro de 1957;
XVII – Lei nº 1.903, de 18 de dezembro de 1958;
XVIII – Lei nº 2.038, de 12 de dezembro de 1959;
XIX – Lei nº 2.858, de 1º de dezembro de 1965;
XX – Lei nº 3.065, de 17 de novembro de 1967;
XXI – Lei nº 3.604, de 23 de dezembro de 1971;
XXII – Lei nº 3.711, de 22 de novembro de 1972;
XXIII – Lei nº 4.139, de 9 de julho de 1976;
XXIV – Lei nº 4.225, de 16 de dezembro de 1976;
XXV – Lei nº 4.524, de 21 de dezembro de 1978;
XXVI – Lei Complementar nº 163, de 18 de dezembro de 1987;
XXVII – Lei nº 6.523, de 22 de dezembro de 1989;
XXVIII – Lei Complementar nº 223, de 23 de abril de 1990;
XXIX – Lei Complementar nº 272, de 16 de março de 1992;
XXX – Lei nº 7.193, de 9 de dezembro de 1992;
XXXI – Lei Complementar nº 353, de 22 de agosto de 1995;
XXXII – Lei nº 8.670, de 18 de dezembro de 2000;
XXXIII – Lei nº 9.106, de 25 de abril de 2003;
XXXIV – Lei nº 9.207, de 10 de setembro de 2003;
XXXV – Lei Complementar nº 572, de 20 de junho de 2007;
XXXVI – Lei Complementar nº 598, de 16 de outubro de 2008;
XXXVII – Lei nº 11.036, de 18 de janeiro de 2011; e
XXXVIII – Lei nº 12.778, de 12 de novembro de 2020.

Art. 3º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Gestão, conforme segue:

I – Lei nº 274, de 11 de novembro de 1930;
II – Lei nº 8, de 11 de junho de 1937;
III – Lei nº 10, de 17 de junho de 1937;
IV – Lei nº 11, de 2 de julho de 1937;
V – Lei nº 359, de 23 de junho de 1937;
VI – Lei nº 362, de 23 de julho de 1937;
VII – Lei nº 365, de 23 de julho de 1937;

VIII – Lei nº 370, de 27 de julho de 1937;
IX – Lei nº 16, de 28 de dezembro de 1938;
X – Lei nº 371, de 19 de agosto de 1937;
XI – Lei nº 4, de 15 de setembro de 1947;
XII – Lei nº 6, de 29 de outubro de 1947;
XIII – Lei nº 25, de 19 de dezembro de 1947;
XIV – Lei nº 42, de 16 de março de 1948;
XV – Lei nº 107, de 2 de setembro de 1948;
XVI – Lei nº 110, de 11 de setembro de 1948;
XVII – Lei nº 113, de 13 de setembro de 1948;
XVIII – Lei nº 118, de 27 de setembro de 1948;
XIX – Lei nº 140, de 1º de dezembro de 1948;
XX – Lei nº 142, de 1º de dezembro de 1948;
XXI – Lei nº 148, de 1º de dezembro de 1948;
XXII – Lei nº 213, de 11 de junho de 1949;
XXIII – Lei nº 253, de 13 de agosto de 1949;
XXIV – Lei nº 332, de 5 de dezembro de 1949;
XXV – Lei nº 355, de 19 de dezembro de 1949;
XXVI – Lei nº 360, de 19 de dezembro de 1949;
XXVII – Lei nº 361, de 19 de dezembro de 1949;
XXVIII – Lei nº 374, de 24 de dezembro de 1949;
XXIX – Lei nº 386, de 4 de maio de 1950;
XXX – Lei nº 392, de 24 de maio de 1950;
XXXI – Lei nº 393, de 24 de maio de 1950;
XXXII – Lei nº 394, de 24 de maio de 1950;
XXXIII – Lei nº 398, de 26 de maio de 1950;
XXXIV – Lei nº 404, de 13 de junho de 1950;
XXXV – Lei nº 405, de 13 de junho de 1950;
XXXVI – Lei nº 410, de 23 de junho de 1950;
XXXVII – Lei nº 414, de 26 de junho de 1950;
XXXVIII – Lei nº 415, de 26 de junho de 1950;
XXXIX – Lei nº 422, de 10 de julho de 1950;
XL – Lei nº 423, de 10 de julho de 1950;
XLI – Lei nº 540-A, de 30 de dezembro de 1950;
XLII – Lei nº 577, de 12 de janeiro de 1951;
XLIII – Lei nº 699, de 20 de outubro de 1951;
XLIV – Lei nº 717, de 16 de novembro de 1951;

XLV – Lei nº 757, de 1º de dezembro de 1951;

XLVI – Lei nº 845, de 10 de julho de 1952;

XLVII – Lei nº 1.002, de 29 de dezembro de 1952;

XLVIII – Lei nº 1.010, de 29 de dezembro de 1952;

XLIX – Lei nº 1.017, de 29 de dezembro de 1952;

L – Lei nº 1.021, de 30 de dezembro de 1952;

LI – Lei nº 1.022, de 30 de dezembro de 1952;

LII – Lei nº 1.019, de 31 de dezembro de 1952;

LIII – Lei nº 1.026, de 8 de janeiro de 1953;

LIV – Lei nº 1.039, de 24 de março de 1953;

LV – Lei nº 1.086, de 14 de setembro de 1953;

LVI – Lei nº 1.108, de 21 de outubro de 1953;

LVII – Lei nº 1.112, de 6 de novembro de 1953;

LVIII – Lei nº 1.126, de 24 de novembro de 1953;

LIX – Lei nº 1.129, de 26 de novembro de 1953;

LX – Lei nº 1.131, de 26 de novembro de 1953;

LXI – Lei nº 1.141, de 28 de novembro de 1953;

LXII – Lei nº 1.148, de 30 de novembro de 1953;

LXIII – Lei nº 1.152, de 1º de dezembro de 1953;

LXIV – Lei nº 1.161, de 2 de dezembro de 1953;

LXV – Lei nº 1.162, de 2 de dezembro de 1953;

LXVI – Lei nº 1.174, de 16 de dezembro de 1953;

LXVII – Lei nº 1.182, de 17 de dezembro de 1953;

LXVIII – Lei nº 1.201, de 29 de dezembro de 1953;

LXIX – Lei nº 1.202, de 29 de dezembro de 1953;

LXX – Lei nº 1.204, de 29 de dezembro de 1953;

LXXI – Lei nº 1.205, de 29 de dezembro de 1953;

LXXII – Lei nº 1.214, de 29 de dezembro de 1953;

LXXIII – Lei nº 1.216, de 29 de dezembro de 1953;

LXXIV – Lei nº 1.217, de 29 de dezembro de 1953;

LXXV – Lei nº 1.245, de 3 de junho de 1954;

LXXVI – Lei nº 1.262, de 14 de julho de 1954;

LXXVII – Lei nº 1.279, de 29 de julho de 1954;

LXXVIII – Lei nº 1.326, de 2 de outubro de 1954;

LXXIX – Lei nº 1.475, de 18 de outubro de 1955;

LXXX – Lei nº 1.551, de 29 de dezembro de 1955;

LXXXI – Lei nº 1.563, de 31 de dezembro de 1955;

LXXXII – Lei nº 1.565, de 31 de dezembro de 1955;

LXXXIII – Lei nº 1.632, de 4 de setembro de 1956;
LXXXIV – Lei nº 1.653, de 18 de outubro de 1956;
LXXXV – Lei nº 1.657, de 13 de novembro de 1956;
LXXXVI – Lei nº 1.685, de 23 de dezembro de 1956;
LXXXVII – Lei nº 1.720, de 12 março de 1957;
LXXXVIII – Lei nº 1.736, de 14 de maio de 1957;
LXXXIX – Lei nº 1.800, de 2 de dezembro de 1957;
XC – Lei nº 1.847, de 10 de junho de 1958;
XCI – Lei nº 1.978, de 14 de agosto de 1959;
XCII – Lei nº 1.995, de 7 de outubro de 1959;
XCIII – Lei nº 2.041, de 23 de dezembro de 1959;
XCIV – Lei nº 2.049, de 4 de dezembro de 1960;
XCV – Lei nº 2.085, de 8 de junho de 1960;
XCVI – Lei nº 2.105, de 19 de julho de 1960;
XCVII – Lei nº 2.141, de 26 de novembro de 1960;
XCVIII – Lei nº 2.157, de 7 de dezembro de 1960;
XCIX – Lei nº 2.175, de 22 de dezembro de 1960;
C – Lei nº 2.191, de 6 de janeiro de 1961;
CI – Lei nº 2.192, de 6 de janeiro de 1961;
CII – Lei nº 2.197, de 27 de abril de 1961;
CIII – Lei nº 2.336, de 29 de dezembro de 1961;
CIV – Lei nº 2.366, de 22 de maio de 1962;
CV – Lei nº 2.399, de 27 de julho de 1962;
CVI – Lei nº 2.420, de 10 setembro de 1962;
CVII – Lei nº 2.431, de 15 de outubro de 1962;
CVIII – Lei nº 2.443, de 10 de novembro de 1962;
CIX – Lei nº 2.452, de 30 de novembro de 1962;
CX – Lei nº 2.454, de 4 de dezembro de 1962;
CXI – Lei nº 2.470, de 12 de dezembro de 1962;
CXII – Lei nº 2.493, de 28 de dezembro de 1962;
CXIII – Lei nº 2.536, de 5 de julho de 1963;
CXIV – Lei nº 2.537, de 5 de julho de 1963;
CXV – Lei nº 2.720, de 4 de setembro de 1964;
CXVI – Lei nº 2.762, de 10 de dezembro de 1964;
CXVII – Lei nº 2.801, de 30 de janeiro de 1965;
CXVIII – Lei nº 2.802, de 30 de janeiro de 1965;
CXIX – Lei nº 2.803, de 21 de maio de 1965;

CXX – Lei nº 2.805, de 21 de maio de 1965;

CXXI – Lei nº 2.807, de 21 de maio de 1965;

CXXII – Lei nº 2.809, de 31 de maio de 1965;

CXXIII – Lei nº 2.810, de 9 de junho de 1965;

CXXIV – Lei nº 2.822, de 29 de julho de 1965;

CXXV – Lei nº 2.827, de 19 de junho de 1965;

CXXVI – Lei nº 2.833, de 27 de agosto de 1965;

CXXVII – Lei nº 2.837, de 24 de setembro de 1965;

CXXVIII – Lei nº 2.839, de 12 de outubro de 1965;

CXXIX – Lei nº 2.848, de 27 de outubro de 1965;

CXXX – Lei nº 2.851, de 9 de novembro de 1965;

CXXXI – Lei nº 2.859, de 3 de dezembro de 1965;

CXXXII – Lei nº 2.879, de 15 de dezembro de 1965;

CXXXIII – Lei nº 2.885, de 17 de dezembro de 1965;

CXXXIV – Lei nº 2.890, de 20 de dezembro de 1965;

CXXXV – Lei nº 2.891, de 20 de dezembro de 1965;

CXXXVI – Lei nº 3.024, de 10 de maio de 1967;

CXXXVII – Lei nº 3.029, de 26 de maio de 1967;

CXXXVIII – Lei nº 3.168, de 18 de setembro de 1968;

CXXXIX – Lei nº 3.180-A, de 7 de outubro de 1968;

CXL – Lei nº 3.201, de 11 de novembro de 1968;

CXLI – Lei nº 3.243, de 23 de dezembro de 1968;

CXLII – Lei nº 3.286, de 10 de julho de 1969;

CXLIII – Lei nº 3.298, de 10 de setembro de 1969;

CXLIV – Lei nº 3.304, de 17 de setembro de 1969;

CXLV – Lei nº 3.331, de 25 de novembro de 1969;

CXLVI – Lei nº 3.388, de 29 de maio de 1970;

CXLVII – Lei nº 3.398, de 7 de julho de 1970;

CXLVIII – Lei nº 3.406, de 9 de julho de 1970;

CXLIX – Lei nº 3.420, de 18 de setembro de 1970;

CL – Lei nº 3.463, de 16 de dezembro de 1970;

CLI – Lei nº 3.468, de 28 de dezembro de 1970;

CLII – Lei nº 3.477, de 20 de abril de 1971;

CLIII – Lei nº 3.524, de 9 de setembro de 1971;

CLIV – Lei nº 3.526, de 14 de setembro de 1971;

CLV – Lei nº 3.542, de 14 de outubro de 1971;

CLVI – Lei nº 3.544, de 15 de outubro de 1971;

CLVII – Lei nº 3.666, de 13 de julho de 1972;

CLVIII – Lei nº 3.674, de 24 de julho de 1972;

CLIX – Lei nº 3.772, de 10 de julho 1973;

CLX – Lei nº 3.773, de 12 de julho de 1973;

CLXI – Lei nº 3.792, de 27 de setembro de 1973;

CLXII – Lei nº 3.793, de 27 de setembro de 1973;

CLXIII – Lei nº 3.839, de 10 de dezembro de 1973;

CLXIV – Lei nº 3.840, de 14 de dezembro de 1973;

CLXV – Lei nº 3.854, de 27 de dezembro de 1973;

CLXVI – Lei nº 3.952, de 11 de dezembro de 1974;

CLXVII – Lei nº 3.963, de 16 de dezembro de 1974;

CLXVIII – Lei nº 4.004, de 15 de julho de 1975;

CLXIX – Lei nº 4.005, de 15 de julho de 1975;

CLXX – Lei nº 4.010, de 11 de agosto de 1975;

CLXXI – Lei nº 4.013, de 9 de setembro de 1975;

CLXXII – Lei nº 4.046, de 29 de dezembro de 1975;

CLXXIII – Lei nº 4.071, de 4 de dezembro de 1975;

CLXXIV – Lei nº 4.201, de 2 de dezembro de 1976;

CLXXV – Lei Complementar nº 23, de 9 de julho de 1976;

CLXXVI – Lei nº 4.140, de 9 de julho de 1976;

CLXXVII – Lei nº 4.219, de 14 de dezembro de 1976;

CLXXVIII – Lei nº 4.269, de 26 de janeiro de 1977;

CLXXIX – Lei nº 4.300, de 8 de julho de 1977;

CLXXX – Lei nº 4.371, de 13 de dezembro de 1977;

CLXXXI – Lei nº 4.389, de 27 de dezembro de 1977;

CLXXXII – Lei nº 4.451, de 31 de agosto de 1978;

CLXXXIII – Lei nº 4.508, de 5 de dezembro de 1978;

CLXXXIV – Lei nº 4.509, de 5 de dezembro de 1978;

CLXXXV – Lei nº 4.501, de 29 de novembro de 1978;

CLXXXVI – Lei nº 4.512, de 12 de dezembro de 1978;

CLXXXVII – Lei nº 4.610, de 22 de outubro de 1979;

CLXXXVIII – Lei nº 4.855, de 12 de dezembro de 1980;

CLXXXIX – Lei nº 4.978, de 19 de novembro de 1981;

CXC – Lei Complementar nº 102, de 13 de janeiro de 1984;

CXCI – Lei nº 5.467, de 12 de novembro de 1984;

CXCII – Lei Complementar nº 111, de 18 de dezembro de 1984;

CXCIII – Lei Complementar nº 139, de 22 de julho de 1986;

CXCIV – Lei Complementar nº 142, de 28 de outubro de 1986;

CXCV – Lei Complementar nº 152, de 4 de fevereiro de 1987;

CXCVI – Lei Complementar nº 166, de 29 de fevereiro de 1987;

CXCVII – Lei Complementar nº 168, de 29 de fevereiro de 1987;

CXCVIII – Lei nº 5.999, de 30 de novembro de 1987;

CXCIX – Lei Complementar nº 185, de 21 de novembro de 1988;

CC – Lei nº 6.284, de 28 de dezembro de 1988;

CCI – Lei Complementar nº 194, de 29 de dezembro de 1988;

CCII – Lei nº 6.532, de 27 de dezembro de 1989;

CCIII – Lei nº 6.533, de 27 de dezembro de 1989;

CCIV – Lei Complementar nº 222, de 19 de abril de 1990;

CCV – Lei Complementar nº 240, de 28 de dezembro de 1990;

CCVI – Lei Complementar nº 243, de 11 de janeiro de 1991;

CCVII – Lei nº 6.872, de 25 de julho de 1991;

CCVIII – Lei nº 6.969, de 19 de dezembro de 1991;

CCIX – Lei Complementar nº 270, de 20 de fevereiro de 1992;

CCX – Lei Complementar nº 286, de 29 de dezembro de 1992;

CCXI – Lei nº 7.265, de 17 de junho de 1993;

CCXII – Lei nº 7.281, de 12 de julho de 1993;

CCXIII – Lei Complementar nº 336, de 6 de janeiro de 1995;

CCXIV – Lei Complementar nº 349, de 13 de junho de 1995;

CCXV – Lei Complementar nº 355, de 11 de setembro de 1995;

CCXVI – Lei nº 7.661, de 11 de setembro de 1995;

CCXVII – Lei Complementar nº 413, de 2 de abril de 1998;

CCXVIII – Lei nº 8.352, de 1º de outubro de 1999;

CCXIX – Lei nº 9.583, de 26 de agosto de 2004;

CCXX – Lei nº 10.064, de 10 de outubro de 2006;

CCXXI – Lei nº 10.065, de 10 de outubro de 2006;

CCXXII – Lei nº 10.210, de 20 de junho de 2007;

CCXXIII – Lei Complementar nº 576, de 16 de agosto de 2007;

CCXXIV – Lei Complementar nº 605, de 29 de dezembro de 2008;

CCXXV – Lei nº 10.386, de 12 de fevereiro de 2008;

CCXXVI – Lei nº 11.360, de 10 de outubro de 2012;

CCXXVII – Lei nº 11.395, de 27 de dezembro de 2012;

CCXXVIII – Lei nº 11.991, de 30 de dezembro de 2015;

CCXXIX – Lei nº 12.366, de 5 de janeiro de 2018;

CCXXX – Lei Complementar nº 841, de 27 de dezembro de 2018;

CCXXXI – Lei Complementar nº 842, de 27 de dezembro de 2018;

CCXXXII – Lei nº 12.578, de 1º de agosto de 2019; e

Art. 4º Ficam revogadas as Leis Ordinárias e Leis Complementares do eixo Serviço Público, conforme segue:

- I – Lei nº 296, de 6 de junho de 1936;
- II – Lei nº 4, de 9 de novembro de 1936;
- III – Lei nº 326, de 24 de novembro de 1936;
- IV – Lei nº 363, de 19 de dezembro de 1949;
- V – Lei nº 559, de 5 de janeiro de 1951;
- VI – Lei nº 578, de 19 de janeiro de 1951;
- VII – Lei nº 822, de 21 de maio de 1952;
- VIII – Lei nº 931, de 3 de novembro de 1952;
- IX – Lei nº 1.047, de 2 de julho de 1953;
- X – Lei nº 1.049, de 3 de julho de 1953;
- XI – Lei nº 1.194, de 28 de dezembro de 1953;
- XII – Lei nº 1.233, de 6 de janeiro de 1954;
- XIII – Lei nº 1.412, de 10 de junho de 1955;
- XIV – Lei nº 1.494, de 28 de novembro de 1955;
- XV – Lei nº 1.497, de 23 de novembro de 1955;
- XVI – Lei nº 1.525, de 14 de dezembro de 1955;
- XVII – Lei nº 1.536, de 26 de dezembro de 1955;
- XVIII – Lei nº 1.542, de 26 de dezembro de 1955;
- XIX – Lei nº 1.712, de 10 de janeiro de 1957;
- XX – Lei nº 1.805, de 9 de dezembro de 1957;
- XXI – Lei nº 1.921, de 29 de dezembro de 1958;
- XXII – Lei nº 1.938, de 17 de abril de 1959;
- XXIII – Lei nº 2.035, de 11 de dezembro de 1959;
- XXIV – Lei nº 2.132, de 18 de novembro de 1960;
- XXV – Lei nº 2.162, de 20 de dezembro de 1960;
- XXVI – Lei nº 2.267, de 12 de outubro de 1961;
- XXVII – Lei nº 2.303, de 5 de dezembro de 1961;
- XXVIII – Lei nº 2.310, de 13 de dezembro de 1961;
- XXIX – Lei nº 2.376, de 28 de junho de 1962;
- XXX – Lei nº 2.718, de 24 de agosto de 1964;
- XXXI – Lei nº 3.022, de 24 de abril de 1967;
- XXXII – Lei nº 3.130, de 10 de abril de 1968;
- XXXIII – Lei nº 3.394, de 17 de junho de 1970;
- XXXIV – Lei nº 3.437, de 19 de novembro de 1970;
- XXXV – Lei nº 3.706, de 18 de novembro de 1972;

XXXVI – Lei Complementar nº 9, de 19 de dezembro de 1973;

XXXVII – Lei nº 3.948, de 11 de dezembro de 1974;

XXXVIII – Lei nº 4.087, de 29 de dezembro de 1975;

XXXIX – Lei nº 4.115, de 12 de janeiro de 1976;

XL – Lei nº 4.421, de 28 de junho de 1978;

XLI – Lei nº 4.871, de 23 de dezembro de 1980;

XLII – Lei nº 4.896, de 28 de abril de 1981;

XLIII – Lei Complementar nº 62, de 24 de novembro de 1981;

XLIV – Lei nº 5.088, de 6 de janeiro de 1982;

XLV – Lei nº 5.092, de 31 de março de 1982;

XLVI – Lei nº 5.179, de 13 de outubro de 1982;

XLVII – Lei Complementar nº 78, de 4 de maio de 1983;

XLVIII – Lei nº 5.313, de 16 de setembro de 1983;

XLIX – Lei nº 5.345, de 16 de dezembro de 1983;

L – Lei nº 5.403, de 9 de abril de 1984;

LI – Lei nº 5.409, de 2 de maio de 1984;

LII – Lei nº 5.438, de 6 de agosto de 1984;

LIII – Lei Complementar nº 119, de 22 de março de 1985;

LIV – Lei nº 5.687, de 17 de dezembro de 1985;

LV – Lei nº 5.840, de 29 de dezembro de 1986;

LVI – Lei nº 5.912, de 7 de julho de 1987;

LVII – Lei nº 6.597, de 25 de abril de 1990;

LVIII – Lei nº 6.646, de 18 de julho de 1990;

LIX – Lei nº 6.752, de 18 de dezembro de 1990;

LX – Lei nº 6.775, de 3 de janeiro de 1991;

LXI – Lei nº 6.815, de 19 de março de 1991;

LXII – Lei Complementar nº 345, de 17 de abril de 1995;

LXIII – Lei Complementar nº 402, de 25 de setembro de 1997;

LXIV – Lei nº 8.041, de 6 de outubro de 1997;

LXV – Lei nº 8.055, de 23 de outubro de 1997;

LXVI – Lei nº 8.291, de 13 de abril de 1999;

LXVII – Lei nº 11.094, de 30 de junho de 2011;

LXVIII – Lei nº 11.486, de 24 de outubro de 2013; e

LXIX – Lei nº 12.829, de 8 de junho de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis Ordinárias do eixo Transversal, conforme segue:

I – Lei nº 701, de 22 de outubro de 1951;

II – Lei nº 3.013, de 30 de dezembro de 1966;

III – Lei nº 6.174, de 11 de agosto de 1988;

IV – Lei nº 7.542, de 2 de dezembro de 1994;

V – Lei nº 8.337, de 3 de setembro de 1999; e

VI – Lei nº 11.649, de 1º de julho de 2014.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Rodrigues Silveira Gerhard, Vereador (a)**, em 29/11/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Luiz de Lima Junior, Vereador**, em 29/11/2024, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Janta, Vereador**, em 29/11/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Idenir Cecchim, Vereador**, em 30/11/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0816915** e o código CRC **2D128ACD**.